

**ATA Nº 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 9 de Dezembro de 2011**

No dia nove de dezembro do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no salão nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1 – Discussão e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 24 de Setembro de 2011;**

**2 – Expediente para conhecimento;**

**3 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;**

**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**

**4.2 – Proposta de aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2012 – Opções do Plano, Plano de Atividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita;**

**4.3 – Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5º da LVCR, aprovada pela Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;**

**4.4 - Proposta de Regulamento de Apoio a Iniciativas Sociais, Culturais, Recreativas, Humanitárias, Desportivas, Cooperativas ou outras;**

**4.5 - Proposta de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Montalegre;**

**4.6 - Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos de Montalegre;**

**4.7 - Proposta de Regulamento de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Montalegre;**

**5 – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.**

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 59 (cinquenta e nove) membros.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Pereira, Maria Clotilde Gomes, António Ferreira, Filipa Alves, Francisco Surreira, Maria Crespo, José Alves, Pedro Giesteira, Manuel Duarte, José Acácio Moura, Manuel Antunes, António Miranda, Ricardo Moura, António Dias, Paulo Pinto.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão e Guilhermina Costa.

Estiveram presentes os vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Adelino Augusto Santos Bernardo.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **1 – Discussão e votação da ata da 4ª sessão ordinária realizada no dia 24 de setembro de 2011.**

A ata da sessão ordinária do dia 24 de setembro de 2011 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

**Deliberação:** Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

### **2 – Expediente para conhecimento.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da missiva remetida por Luís Rogério Barroso Marinho, deputado da Assembleia Municipal pela coligação Amar Montalegre, que havia suspenso o mandato em 29 de Setembro de 2010, pelo período de 365 dias, pela qual informa que não tenciona ocupar o cargo de deputado, mantendo-se no mesmo a deputada que o substituiu.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Lopes, Pedro Barroso, Ricardo Moura, José Carvalho e José Acácio Moura.

O deputado Domingos Lopes disse que analisou os resultados dos Censos 2011 e viu que os limites definidos no mapa não estão correctos. Prejudica a

freguesia de Cabril em 1500 metros, relativamente à freguesia de Outeiro. Não percebe em que se basearam pois há documentos que definem que os limites são pela ponte da Abelheira.

O deputado Pedro Barroso falou da reforma administrativa e perguntou o que o município tem feito nesse sentido.

Perguntou quais foram as ilações que a Câmara tirou acerca do mega couval, pois não sabe se foi uma campanha mal divulgada, ou se a Câmara está a fazer concorrência com os agricultores locais.

Pensa que a Câmara, com esta iniciativa, deveria fazer uma feira dos produtos locais.

O deputado Ricardo Moura falou do Natal e do convívio entre os membros da Assembleia e gostava de continuar com este espírito.

Apelou à Câmara para tomar providências em relação à situação geográfica do concelho de Montalegre pois os limites impostos pelo PDM são uma vergonha. Se essa alteração não for feita, Montalegre não tem pernas para andar. Fica limitada no espaço. Têm que se tomar medidas rápidas, modernas e eficazes e a primeira coisa a fazer é criar condições para que se produza. É uma obrigação dos autarcas criá-las. A pior desgraça do nosso país é a burocracia.

O deputado José Carvalho falou sobre os railles na Borralha, Linharelhos e em Paredes pois estão numa curva e constituem perigo.

Disse que o Torrão da Veiga foi bem recuperado mas falta um paredão para cima da presa para ficar mais bonito e limpo.

Perguntou em que situação se encontra o gimnodesportivo de Salto.

O deputado José Acácio Moura disse que entre Outeiro e Paredes há uma autêntica lixeira com os resíduos da obra da EDP em Paradela. Convinha que alguém tomasse providencias pois dá uma má imagem do concelho.

Falou sobre o turismo no concelho e disse que Montalegre tem sido muito visitada, mas pouca gente fica cá alojada.

Desafiou a Câmara a fazer uma reunião com todos os hoteleiros para combater esta situação.

O Senhor Presidente da Câmara deu os votos de boas festas e desejou um feliz ano novo.

Sobre a fusão das freguesias. disse que o Governo actual e o anterior tentaram enganar o povo, alegando poupança, mas cortar nas freguesias não é justo. Devia começar-se pela regionalização. Começaram pelo elo mais fraco, mas estão a verificar que afinal não irão poupar assim tanto como julgavam. Nem o PS nem o PSD pensaram nos problemas que acabaram por surgir.

Disse que já falou com os vereadores do PSD e todos acordaram em zelar pelos interesses do concelho. Se não houver consenso, a câmara não vai apresentar proposta. Pede a todos calma e muita ponderação, se queremos defender o mundo rural.

Sobre os limites da freguesia de Ferral, disse que não cabe à Câmara defini-los. Não há nenhuma cartografia que esteja 100% bem definida. A Câmara, quando quer trabalhar no PDM, consulta a cartografia militar. As fronteiras são as que

estão descritas nas actas para o efeito ou outros documentos, marcos ou cruces.

Sobre o couval da Quinta da Veiga, disse que é disparate dizer que a Câmara fez concorrência aos agricultores. Com esta campanha pretendia-se promover os produtos locais e chegou-se à conclusão que é muito difícil vender pois se os produtos locais são tão bons porque é que não se vendem todos e a preço que compense?

Sobre o ordenamento do território, disse que tem de haver regras e Espanha também as tem. Tem de haver um equilíbrio e não há desculpas para a falta de ideias, audácia e de trabalho.

Sobre os railes, disse que estão alguns por colocar e mal seja possível irão ser colocados.

Sobre a hotelaria do concelho, disse que já viu fazer bons negócios, aumentando os preços. É preciso ir ao encontro dos clientes e ter espírito de sustentabilidade dos negócios.

## **4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA**

### **4.1 – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Joaquim Pires.

O deputado Pedro Barroso disse que concorda com o jantar de Natal mas na condição de cada um pagar o seu próprio jantar.

Pedi esclarecimentos sobre as obras do Centro de Dia e do Torreão da igreja de Padornelos pois foi informado que a recuperação da escola teve custos exorbitantes.

O deputado Joaquim Pires falou sobre os parques eólicos do concelho de Montalegre e disse que espera que os 2,5% dados à autarquia não sejam retirados um dia mais tarde pois é mesmo muito dinheiro.

Falou ainda da igreja de Salto e sobre o seu torreão e disse que este tem um impacto visual terrível e não sabe quem emitiu licença para a obra.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre as obras de Padornelos disse que a Câmara pagou as obras da escola e os arranjos exteriores pois o município é proprietário. O mobiliário e outras pequenas coisas não foi a Câmara. Deu os parabéns à gente de Padornelos pela grande obra que lá fez no torreão e não percebe porque é que esta obra está a levantar tantas dúvidas.

Sobre a igreja de Salto, disse que realmente não se ajusta à beleza urbanística da Vila de Salto.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **4.2 – Proposta de aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2012 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais entregou o seguinte documento à Mesa: "Num contexto nacional de grave dificuldade financeira e recessão económica, agravadas pela crise internacional, é hoje apreciado o Plano e Orçamento para 2012, cuja execução requer, seguramente, elevados critérios de rigor e apurada percepção na selecção de prioridades, por forma a minorar dificuldades, que em nada contribuem para motivar as nossas gentes à fixação na sua terra natal e contrariar a tendência de perda de população nos censos de 2011, onde Montalegre aparece como o concelho do Distrito com maior queda.

Relativamente ao Plano e Orçamento, começo por sublinhar o meu agrado pela forma como o documento nos é apresentado, que o torna de mais fácil manuseamento e compreensão.

Sublinho também a tendência de aproximação à realidade que este orçamento denota, pois, apesar de nos parecer ainda distante da sua provável execução, a possibilidade de desvio encurtou relativamente aos apresentados anteriormente. É saudável que isso aconteça, pois deverão acabar os tempos do descontrolo e do incumprimento e do adiamento das soluções.

Realçadas estas duas virtudes, compenso esta laudatória intervenção com, igualmente, dois reparos: o documento que me foi enviado não é legível na parte relativa ao Plano de Acção Municipal e Plano Plurianual de Investimentos, na mediada em que as fotocópias tornam imperceptíveis a maior parte do seu conteúdo; Ainda no conteúdo, parece-me adequado referir a necessidade de maior cuidado na redacção de textos, pois também é importante calcorrear um texto sem o constante empecilho de erros de sintaxe ou outros. Nesta área, esta Câmara está dotada de meios humanos capazes da excelência. É só querer e ter gosto!

No que diz respeito à receita e à despesa temos, assim, uma previsão de menos 2,480 milhões de euros, face a semelhante documento do ano anterior. Nas receitas correntes projecta-se uma diminuição de 1,431 milhões de euros, onde a receita prevista da EHATB tem o principal peso, cuja redução (2 milhões de euros) ultrapassa até este valor, deixando a voracidade despesista do Sr. Presidente da Câmara vingar-se noutras rubricas. De qualquer modo louvamos o facto do Sr. Presidente da Câmara ter levado em conta a nossa intervenção de há um ano.

Também o valor de transferências correntes apresenta uma redução de 600 mil euros.

Em contra-ciclo, apresenta-nos o documento uma previsão de mais 49% (mais 113.984 euros) em taxas, multas e outras penalidades, sendo esta projecção tanto mais surpreendente quanto se verifica uma arrecadação de receita, no corrente ano, de apenas 136.777 euros, o que, comparado com os mais de 347 mil euros deste orçamento, se traduz num desvio que merecerá esclarecimento. Nas receitas do IMI, valor tendencialmente em crescimento, por força das actualizações de taxas e da entrada de novos imóveis na esfera da tributação, faz-se uma previsão de 721.500 euros, quando a receita arrecadada até ao momento é de 791.454 euros. Distracção, ou o anúncio de abates imobiliários? Nas Receitas de Capital, o que motiva uma previsão de 2.160.000 euros nas receitas de venda de bens de investimento, quando a receita deste ano é de 139.566 euros contra a previsão de cerca de 1.500.000 euros para 2011? E o que está na base de uma previsão de receita de 1.200 milhões de euros pela venda de activos financeiros (valor igual ao do orçamento para 2011), quando se verifica zero na taxa de execução do corrente ano? Esta em curso alguma operação de venda de capital em sociedades participadas? Assinado, o deputado António Cascais.”

Perguntou qual o valor gasto com a iluminação pública e iluminação de edifícios.

Disse que os custos com a distribuição e captação de água são um pouco exagerados.

Referiu ainda que as instalações desportivas têm valores assinalados discrepantes e disse ainda não poder abordar com profundidade o Plano de Acção Municipal e o Plano Plurianual de Investimento por ser ilegível o documento que lhe foi enviado.

O deputado Pedro Barroso perguntou se a dívida financeira do Município é de 7 milhões de euros.

Perguntou sobre a ligação à A24 e se vai ser feita por Chaves ou por Cabeceiras.

Falou sobre as rendas da EDP e sobre a derrama e felicitou o Presidente da Câmara pela causa ganha pois Montalegre fica a ganhar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a oposição em vez de fazer críticas políticas fez críticas às gralhas e erros ortográficos.

Disse que é preciso ser-se um fraco autarca quando se acusa o Presidente da Câmara pelo facto do concelho estar a perder população. Disse que o ano passado o PSD trouxe à discussão na Assembleia o baixo poder de compra, mas como este ano subiu, decidiram falar dos Censos 2011.

Disse que o orçamento é um documento de orientação e a oposição faria o seu papel, se apresentasse ideias e sugestões. Mas só crítica. Se a Câmara gasta dinheiro em obras, está bem gasto e também estão pagas.

Disse que vai deixar a Câmara sem dívida nenhuma. Em quatro mandatos não pediu nada à banca e isso incomoda o PSD. O PS trabalha e essa capacidade está provada. Se o despesismo de que é acusado fosse verdadeiro a ausência de dívidas não seria uma verdade.

Informou que a Câmara de Montalegre tem um encargo de iluminação pública no valor de 600 mil euros e de iluminação de edifícios 200 mil euros.

O abastecimento de água abrange 100% da população mas há redes que necessitam de ser substituídas. Não há nenhuma zona no país que tenha tantas origens de água como Montalegre pois há 235 origens de água, muito trabalho feito e muito trabalho a fazer para que se tenha água de qualidade.

Disse que não vale a pena fazer batota e demagogia porque ninguém acredita que o Presidente da Câmara só se importa com a sede do concelho. Os Presidentes da Junta presentes assim o podem confirmar. Os 3 milhões de euros gastos em estradas para onde são?

Sobre as piscinas municipais, disse que as de Montalegre são iguais a tantas outras. Foi um projecto tipo mas o sistema de aquecimento não é muito eficaz para as baixas temperaturas da vila. Hoje há a possibilidade de fazer uma obra com capacidade de funcionar adaptada à nossa realidade com mais baixos custos de funcionamento.

Sobre a dívida, disse que não entende o que é que querem saber mais quando o Presidente da Câmara assumiu publicamente que irá chegar ao fim do mandato sem dívidas, sendo a dívida à banca de 7 milhões e não de 16 milhões como o deputado do PSD referiu.

Sobre as rendas da EDP, disse que tem esperança que o assunto seja resolvido para agrado do concelho de Montalegre.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que apenas pediu esclarecimentos e não usou de má fé como referiu o senhor Presidente.

Pediu esclarecimentos sobre algumas verbas porque desconhecia a justificação para elas. Disse que num ano de crise a execução do plano e orçamento requer maior cuidado.

Acusou o Presidente da Câmara de despesista pois pode-se ver quantas vezes manda levantar os passeios da vila e quantos projectos paga que depois não têm seguimento. Isso custa dinheiro e podia-se evitar se houvesse ponderação e boa gestão.

Disse que fica reconfortado pela estabilidade financeira do município de Montalegre. É um facto notório.

O Senhor Presidente da Câmara disse que já conhece o deputado António Cascais há muito tempo. Erros todos cometem, mas o seu trabalho é a prova da sua determinação. Há obras que têm que ser refeitas e vão sê-lo mesmo que o acusem de despesismo.

**Deliberação:** Aprovada por maioria com onze abstenções.

#### **4.3 – Mapa de Pessoal do Município de Montalegre, nos termos do artigo 5º da LVCR, aprovada pela Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

#### **4.4 - Proposta de Regulamento de Apoio a Iniciativas Sociais, Culturais, Recreativas, Humanitárias, Desportivas, Cooperativas ou outras.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais e Mário Mendes.

O deputado António Cascais disse que a Câmara Municipal de Montalegre tem meios humanos de excelência para redigir documentos correctamente. Deve haver mais cuidado na elaboração de documentos e não entende como é que o Presidente deixa passar isto.

O deputado Mário Mendes chamou a atenção para que, quem de direito, apelasse aos assistentes sociais que andam no terreno para estarem mais atentos e mais activos pois há situações de pobreza por conhecer e identificar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quase todos os casos estão assinalados, mas há casos em que as pessoas têm vergonha e não se manifestam. Desta forma, pediu aos Presidentes da Junta para os fazerem chegar à Câmara ou à Segurança Social.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

#### **4.5 - Proposta de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Montalegre.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Manuel Ramos.

O deputado Manuel Ramos disse que esta proposta de regulamento, para além de ser muito extensa, não está adaptada à ruralidade. Uma coisa é o regulamento outra coisa é a vergonha da poluição que se vê em certas zonas do concelho. Não há penalizações nem fiscalização e isso devia ser uma área prioritária do executivo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os regulamentos são obrigatórios e também lamenta que sejam feitos à imagem de Lisboa.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

#### **4.6 - Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos de Montalegre.**



O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

#### **4.7 - Proposta de Regulamento de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Montalegre.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

### **5 – PERIODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta, desta acta, lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram 17H30.

### **O Presidente da Assembleia**

\_\_\_\_\_  
Joaquim Lopes Pires

**O 1º Secretário**

**O 2º Secretário**

\_\_\_\_\_  
Manuel António Silva Carvalho

\_\_\_\_\_  
Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas

